

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA ATUAL: embates e possibilidades

ENTREVISTA ESPECIAL COM DALILA ANDRADE OLIVEIRA

Entrevistadora: Lélia Cristina Silveira de Moraes¹
Realizada em novembro de 2012.

Resultado da articulação acadêmica desenvolvida entre o PPGPP e o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA derivou-se a presente entrevista realizada com a Profa^a Dra. Dalila Andrade Oliveira. Dalila Andrade Oliveira é Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais na área de Políticas Públicas e Educação. É mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo com pós-doutoramento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e na Université de Montréal, Canadá. Pesquisadora PQ 1C do CNPq. Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em Política Educacional, gestão escolar e trabalho docente na América Latina. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho "Educación, política y movimientos sociales" no âmbito do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) entre 2006 e 2009; Diretora de Cooperação Internacional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) entre 2007 e 2009 e Vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd entre 2005 e 2009. Atualmente exerce a coordenação geral da Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (RedEstrado) e é presidente da ANPEd (2009/2011 - 2011/2013). Autora e co-autora de vários livros e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, entre os quais se destacam: *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos* (Vozes, 2009, 9^a. Ed.) *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza* (Vozes, 2010, 2^a. Ed.); *Política e trabalho na escola* (Autêntica, 2003, 3^a. Ed.); *Gestão e política da educação* (Autêntica, 3^a. Ed., 2008); *Reformas educacionais e os trabalhadores docentes na América Latina* (Autêntica, 2003), *Políticas educativas y trabajo docente en América Latina*. (Fondo Editorial UCH, Peru, 2008); *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones y nuevos sujetos*. (Buenos Aires: Noveduc, 2006). Coordena a Coleção Políticas educativas y trabajo docente del Fondo Editorial UCH, Peru.

A seguir a entrevista de Dalila Andrade Oliveira.

Entrevistadora - A garantia do acesso e permanência à educação básica tem se constituído uma luta histórica, envolvendo a participação da União, dos estados e municípios. Na sua visão, quais os principais desafios para a efetivação da universalização da educação básica?

Dalila Andrade Oliveira - São muitos, mas o mais importante na atualidade é a garantia do financiamento público adequado para corrigir as distorções que temos na oferta da educação básica, tanto no que se refere à criação de instituições educacionais, sobretudo as creches, a equiparação das existentes e a melhoria da carreira e remuneração dos profissionais da educação básica. Por isso defendemos os 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública no Plano Nacional de Educação (PNE).

Entrevistadora - O processo de elaboração do PNE 2011-2020 evidenciou a necessidade avançarmos na construção de uma política de Estado para uma educação mais sólida. Quais são os avanços e limites presentes nesse PNE?

Dalila Andrade Oliveira - Esta é uma questão ampla, temos avanços e limites no PNE, considerando o texto aprovado na Câmara dos Deputados que seguiu para o Senado. Um avanço importante a se destacar é justamente com relação ao financiamento. Foram aprovados os 10% do PIB, lamentavelmente, não foram os 10% já, mas ter a perspectiva de chegar a eles, garantida em lei, até o final dos 10 anos já pode ser considerado um importante avanço. Alguns limites importantes no PNE referem-se à constituição, de fato, de um Sistema Nacional de Educação que melhor articule a relação entre União, estados e municípios efetivando a cooperação necessária e a repartição de competências e responsabilidades, mas assegurando o financiamento adequado. Há outros limites no que se refere à ampliação da Educação Superior (a previsão de crescimento em Educação à Distância para a formação inicial de nível superior é preocupante). Considero, ainda, que o estabelecimento de uma meta para alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, pode trazer consequências graves no que concerne ao acolhimento da diversidade na educação regular.

Entrevistadora - A ampliação da obrigatoriedade da educação básica representa a conquista de um direito, mas como garantir que essa ampliação seja associada à qualidade do ensino?

Dalila Andrade Oliveira - Considero uma importante conquista a extensão da obrigatoriedade escolar que tivemos com a Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009. Ela amplia o direito à educação, permitindo que as crianças a partir de 4 anos sejam

atendidas em instituições públicas de Educação Infantil e revalorizando o Ensino Médio como uma etapa obrigatória da escolaridade, uma vez que a obrigatoriedade é definida entre os 4 e 17 anos de idade. Contudo, os desafios são muitos para a oferta de qualidade e a efetividade desse direito. A falta de estrutura adequada na Educação Infantil faz com que, em muitas redes públicas, o atendimento seja realizado por meio de convênios com instituições de direito privado, ainda que sejam filantrópicas confessionais ou comunitárias, representando um sério problema, já que não estão submetidas ao controle e gestão públicos. No caso do Ensino Médio, nossas escolas precisam ser adequadas às exigências das novas Diretrizes Curriculares Nacionais e à cultura juvenil que é diversa. Sabemos que o Ensino Médio público no Brasil cresceu nas sobras do Ensino Fundamental. Isto precisa ser revisto.

Entrevistadora - Historicamente, o financiamento da educação pública no Brasil esteve sob a responsabilidade dos entes federados: a Educação Superior como encargo da União e a Educação Básica dos estados e municípios. Como você vê essa composição no que se refere à distribuição do aporte financeiro destinado à educação pública?

Dalila Andrade Oliveira - Acho que a divisão das competências não é ruim, o problema é a distribuição orçamentária. Justamente, a ponta mais fraca do Sistema Federativo, os municípios, é que ficam com a responsabilidade de oferecer a base da educação. Os municípios brasileiros são, em sua grande maioria, pobres. Por isso oferecem, muitas vezes, uma escola pobre para uma população pobre. Deveria ser o contrário. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) busca promover justiça aplicando o princípio da equidade, no âmbito estadual, prevendo a complementação da União, mas isto não basta. O princípio da equidade, para promover justiça na Educação Básica pública, deveria ser em âmbito nacional, pois as desigualdades regionais no Brasil são gritantes e elas são, antes de tudo, econômicas.

Entrevistadora - Como você analisa os investimentos destinados à educação e a sua posição no contexto da Política Econômica brasileira?

Dalila Andrade Oliveira - Considero, como já afirmei antes, que os recursos destinados à educação pública são insuficientes em relação à demanda e são poucos se consideramos a capacidade do país. Somos uma população de quase 200 milhões de habitantes, com uma baixa taxa de escolaridade. Contudo, somos a 6ª economia do mundo.

Entrevistadora - Dentre as várias estratégias de expansão da Educação Superior no Brasil, a Educação à Distância assume papel de destaque na atual política educacional. Qual a sua avaliação sobre os programas destinados à formação do professor desenvolvidos nessa modalidade?

Dalila Andrade Oliveira - Considero bastante temerária a formação inicial realizada à distância, pois, em geral, os que mais demandam uma boa formação inicial, justamente por terem limitadas suas condições de acesso a bens culturais, é que acabam por realizá-la dessa maneira, sem a estrutura adequada para desenvolver seus estudos com a autonomia que essa modalidade exige. Estudar é um hábito que se desenvolve e, portanto, que se aprende. A convivência com colegas, os debates em sala de aula, as discussões frente a frente com os professores, sobretudo nos cursos de graduação, são insubstituíveis. A vivência institucional em uma Universidade é fundamental para a formação inicial. São mais que conteúdos que se repassam, mas a possibilidade de frequentar uma boa biblioteca, participar de seminários e outros eventos que ocorrem na vida acadêmica, conviver com os colegas, tudo isso agrega valores à formação e imprime marcas na vida pessoal e profissional do estudante.

Entrevistadora - Definição de um piso salarial, plano de carreira, formação inicial e continuada, valorização dos professores e demais profissionais da educação são questões presentes no debate educacional, constituindo-se lutas históricas dos educadores. Qual o lugar dessas questões na construção da qualidade do ensino?

Dalila Andrade Oliveira - A valorização profissional ocupa lugar central na educação de qualidade. Não há boa educação sem o exercício profissional competente e responsável. No caso específico da docência, sabemos que quanto mais bem formado e gozando de boas condições de trabalho, incluindo carreira e remuneração, maior será a autonomia profissional e melhores serão os resultados educativos. A valorização docente foi um termo cunhado no Brasil, durante os anos 1980, justamente no seio das lutas pelo direito à educação de qualidade para toda a população. Considera-se que a valorização profissional deve estar assentada sobre um tripé: formação inicial e contínua; condições de trabalho e carreira; e remuneração.

Entrevistadora - Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, encontra-se expresso o conceito de gestão democrática, também presente no artigo 3º da LDB de 1996, bem como em vários documentos legais dos sistemas estaduais de ensino. Esses asseguram autonomia da escola,

conferindo à comunidade escolar participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, participação da família, professores, gestores, alunos em conselhos escolares, que dão a base legal para exercer o direito de participar das ações da escola. Percebemos, contudo, que ainda existem muitas limitações no efetivo exercício da democratização da gestão da educação. Como você vê essa questão?

Dalila Andrade Oliveira - Não podemos reduzir a gestão democrática da educação à eleição de diretores e colegiado pela comunidade e à participação dos profissionais no Projeto Pedagógico da escola. O exercício democrático é mais complexo. A democratização da gestão da educação não deveria primeiramente ser estrita ao ensino público, como prevê o referido dispositivo constitucional. Além disso, são necessárias garantias do exercício democrático no cotidiano escolar, garantindo condições para que os profissionais participem (tempo remunerado) e a comunidade em geral. Também se relaciona pouco o poder que tem hoje os sistemas de avaliação para definir os currículos, ainda que de forma indireta, à gestão democrática da educação. Em geral, elaboradas por especialistas externos e em uma estrutura hierárquica e verticalizada, essas avaliações impedem que o exercício democrático, que se buscou conferir com a participação efetiva da comunidade no projeto pedagógico, seja considerado. É necessário desvelar o conteúdo político dessas avaliações e submetê-las ao critério da justiça social e da democracia.

Entrevistadora - Na sua concepção, quais os maiores desafios para que se possa melhorar a gestão da educação no Brasil?

Dalila Andrade Oliveira - Alguns deles já foram anunciados nas questões anteriores, tais como: mais recursos e mais justa distribuição deles entre os entes federados; melhores condições de trabalho, carreira e remuneração para os profissionais da educação; respeito às diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, que estabelecem maior respeito à diversidade na escola, entre outros.

Entrevistadora - A integração Ensino Médio e Educação Profissional, a oferta de escola em tempo integral são aspectos que estão presentes no cenário do debate educacional atual, se colocando como desafios no Plano Nacional de Educação. Na sua concepção o que é necessário para a materialização dessas propostas?

Dalila Andrade Oliveira - A aprovação do Projeto de Lei 8.035/2010 pelo Senado e a efetivação das políticas relativas a esses temas ali previstas. No caso específico do Ensino Médio, a questão é um

pouco mais complexa, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCN EPT) são orientadas em direção contraditória às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM). Essas últimas, na minha opinião, representam muito mais o anseio da sociedade brasileira.

Entrevistadora - As discussões sobre flexibilização e precarização das relações de emprego e do trabalho, presentes no contexto atual, envolvem também a organização escolar. Em que aspectos verificam-se as repercussões dessas questões para a força de trabalho do Magistério?

Dalila Andrade Oliveira - Essa questão é muito ampla. É vasta a literatura das duas últimas décadas dedicadas ao tema. O processo de reestruturação produtiva trouxe novas formas (mais flexíveis e mais instáveis) de organização do trabalho e isto teve impactos na educação, tanto no sentido dos seus objetivos formativos (que aluno deverá ser formado, para que e como) como também para as relações de trabalho na escola. O trabalho escolar se tornou mais flexível, as relações de trabalho nas escolas hoje são menos hierarquizadas, o docente passou a assumir mais responsabilidades e funções. Também passou a ser mais responsabilizado pelos resultados de seu trabalho e da sua escola. Nesse contexto, os docentes ganharam autonomia, mas as condições de trabalho não melhoraram de forma a permitir que o exercício da autonomia não pesasse sobre as costas dos próprios profissionais.

Notas

- ¹ Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão, com atuação na graduação e pós-graduação. Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão e Doutorado em Educação, Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: currículo, competências, educação profissional de nível técnico, gestão de sistemas educacionais e política educacional.